

A Educação Patrimonial na Proposta Curricular de São Luís: perspectiva à luz da Pedagogia Histórico-Crítica

The Heritage Education in the Curricular Proposal of São Luís: a perspective in lighth of Historical-Critical Pedagogy

*Yuri Barros Lobo da Silva*¹

*Ilma Vieira do nascimento*²

Resumo: Em um município como São Luís, MA, reconhecido como Patrimônio Mundial, a Educação Patrimonial, enquanto abordagem centrada no patrimônio cultural, desempenha um papel significativo na valorização dos bens patrimoniais. Este artigo tem como objetivo discutir a Educação Patrimonial no contexto do documento curricular de São Luís, sob a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Para isso, baseamos-nos em uma pesquisa documental e bibliográfica, considerando a Proposta Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), além de obras de autores vinculados à concepção histórico-crítica, como Duarte (2021), Malanchen (2014), Reis, Cardozo e Princival (2019), Saviani (2011; 2020) e Zanon, Magalhães e Castelo Branco (2020). A partir de nossa análise, consideramos que a Educação Patrimonial, conforme apresentada no documento curricular de São Luís, encontra na Pedagogia Histórico-Crítica uma potencialidade para enriquecer os objetos específicos dos componentes curriculares, direcionando-os à assimilação dos conhecimentos historicamente sistematizados pelos estudantes.

Palavras-chave: currículo; pedagogia histórico-crítica; ensino fundamental; patrimônio cultural.

Abstract: In a municipality like São Luís, MA, recognized as a World Heritage Site, Heritage Education, as an approach focused on cultural heritage, plays a fundamental role in valuing heritage assets. This article aims to discuss Heritage Education in the context of the São Luís curriculum document, from the perspective of Historical-Critical Pedagogy. To do this, we based ourselves on documentary and bibliographical research, considering the Curricular Proposal for Early Childhood Education and Elementary Education of the Municipal Public Network of São Luís – MA (São Luís, 2023), in addition to works by authors linked to the historical-critical conception, such as Duarte (2021), Malanchen (2014), Reis, Cardozo and Princival (2019), Saviani (2011; 2020) and Zanon, Magalhães and Castelo Branco (2020). From our analysis, we consider that Heritage Education, as presented in the São Luís curriculum document, finds in Historical-Critical Pedagogy a potential to enrich the specific objects of the curricular components, directing them to the appropriation of systematized knowledge by students.

Keywords: curriculum; historical-critical pedagogy; middle school; cultural heritage.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em Educação e integrante do Grupo de Pesquisa Escola, Currículo e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFMA). E-mail: lobo.yuri19@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrante do Grupo de Pesquisa Escola, Currículo e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA). E-mail: ilmavieira13@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Na capital do estado do Maranhão, o Centro Histórico de São Luís é considerado Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) desde 1997, devido ao seu rico acervo arquitetônico. Esse título tem como objetivo incentivar a preservação dos bens patrimoniais que possuem considerável importância para a sociedade (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2024a).

No Brasil, apenas um seleto grupo de municípios possui centros históricos catalogados pela UNESCO como Patrimônio Mundial, e São Luís, MA, é uma das três cidades nordestinas, juntamente com Salvador, BA, e Olinda, PE. As riquezas dos bens patrimoniais ludovicenses podem ser vistas não apenas nos prédios históricos, mas também nas músicas, danças e tradições, resultantes da miscigenação de diversos povos que tiveram suas histórias entrelaçadas ao longo do tempo nessa capital (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2024a).

Sendo uma superposição de diferentes culturas, resultante do equilíbrio entre circunstâncias históricas e geográficas, a capital maranhense preserva a maior extensão de arquitetura civil de origem europeia adaptada ao meio ecológico único, ao clima e às necessidades específicas da zona equatorial. Além disso, diferentes manifestações culturais, que ocupam as ruas de São Luís, MA, especialmente durante o período junino, são reconhecidas como patrimônio cultural, como o Bumba Meu Boi e o Tambor de Crioula. Essas e outras manifestações culturais refletem as singularidades ludovicenses (Andrés, 1998).

Compreendemos que as escolas têm muito a contribuir para a valorização e proteção dos bens patrimoniais de municípios como São Luís, MA, por meio de um enfoque que permita aos estudantes se apropriarem dos elementos culturais. A Educação Patrimonial é uma abordagem em educação pela qual os sujeitos são levados a realizar leituras de seu universo sociocultural, possibilitando o contato com os patrimônios culturais. Ela tem como objetivo contribuir para a apropriação da herança cultural, em um processo ativo de significação e ressignificação dos bens patrimoniais (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999).

Nesse contexto, o trabalho educativo centrado nos patrimônios culturais encontra na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) a possibilidade de levar os estudantes a se apropriarem das variadas formas de manifestações culturais que permeiam sua contraditória realidade social. Contudo, para isso, é significativo considerar o currículo, posto que é a partir dele que o conhecimento historicamente sistematizado, organizado no espaço e no tempo escolar, terá a possibilidade de ser transmitido e assimilado pelos estudantes, no processo de formação humana (Saviani, 2011).

Assim, este estudo tem como objetivo discutir a Educação Patrimonial na Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), realizando reflexões à luz da PHC. Para isso, consideramos o documento curricular de São Luís e o referencial teórico de autores vinculados à perspectiva histórico-crítica, como Duarte (2010; 2021), Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Malanchen (2014), Reis, Cardozo e Princival (2019), Saviani (2011; 2020) e Zanon, Magalhães e Castelo Branco (2020).

O presente artigo segue uma estrutura que se inicia com uma apresentação da Educação Patrimonial e, posteriormente, do currículo como um caminho para a transmissão e assimilação do conhecimento sistematizado. Em seguida, realizamos uma análise da Educação Patrimonial na Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), considerando, para nossas discussões, a perspectiva da PHC.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UMA ABORDAGEM PARA O CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO CULTURAL

No Brasil, as discussões acerca da Educação Patrimonial têm ocorrido de maneira sistematizada desde a década de 1980, a partir de debates sobre a valorização e preservação do patrimônio cultural nacional. O termo foi descrito pela primeira vez no país pelas pesquisadoras Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, que, inspiradas na metodologia britânica denominada *Heritage Education*, buscaram traduzir no termo em português a utilização dos bens patrimoniais como fonte de conhecimento e enriquecimento para o ensino e a aprendizagem (Bezerra, 2006; Silveira; Bezerra, 2007; Tolentino, 2016).

A Educação Patrimonial é um processo pelo qual os estudantes realizam a leitura do universo sociocultural que os rodeia, compreendendo a trajetória histórica na qual estão inseridos, por meio de uma metodologia sistemática de trabalho educacional centrada nos bens patrimoniais. Para isso, os elementos culturais se constituem como fonte primária de conhecimento individual e coletivo:

[...] a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p.06).

A Educação Patrimonial possibilita aos estudantes uma vivência e um contato com os patrimônios culturais, proporcionando um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural. Ela contribui para a ampliação do entendimento acerca do passado e do presente, estreitando a relação dos estudantes com os bens patrimoniais. A conscientização sobre a temática favorece a curiosidade dos sujeitos, incitando-os a aprofundar seus conhecimentos e a buscar mais informações a respeito dos patrimônios culturais estudados (Horta, Grunberg; Monteiro, 1999; Horta, 2000; Marchette, 2016).

Para a efetividade da Educação Patrimonial, as práticas pedagógicas centradas nos bens patrimoniais não podem ficar restritas a ações isoladas, muitas vezes limitadas a museus ou sítios de interesse turístico, distantes da realidade dos estudantes. Portanto, para que ela abranja todos os sujeitos em processo formativo, é necessário que seja abordada na escola a partir de uma perspectiva que ressignifique a Educação Patrimonial, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem (Itaqui; Villagrán, 1998; Silveira; Bezerra, 2007).

Na escola, o desenvolvimento da Educação Patrimonial contribui para fomentar o diálogo entre pessoas, gerações, culturas e saberes. Nesse processo, os bens patrimoniais são utilizados na mediação entre os conhecimentos escolares e a realidade dos estudantes. Suas práticas pedagógicas apresentam uma perspectiva interdisciplinar, não sendo uma abordagem específica de um determinado componente curricular. Para alcançar seus objetivos, são necessárias atividades que possibilitem uma compreensão global do bem patrimonial estudado, de modo que os estudantes conheçam, dominem, valorizem e utilizem o patrimônio cultural em sua diversidade (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999; Itaqui; Villagrán, 1998; Varine, 2012).

As práticas pedagógicas interdisciplinares são significativas para o desenvolvimento da Educação Patrimonial, pois a abordagem centrada nos bens patrimoniais se relaciona a diversas áreas do conhecimento, bem como a vários profissionais e técnicos envolvidos com o patrimônio cultural. Como apontam Maltêz *et al.* (2010), Oriá (2001) e Silveira e Bezerra (2007), a abordagem da Educação Patrimonial requer uma matriz complexa de conhecimento que abrange diferentes áreas, como a Educação, Antropologia, Arqueologia, Turismo e História. Em virtude da amplitude dessa temática, a Educação Patrimonial deve ser incorporada aos

conteúdos escolares e apropriada pelos componentes curriculares, a fim de contribuir para a compreensão dos bens patrimoniais estudados.

CURRÍCULO E CONHECIMENTO: CAMINHO DE FORMAÇÃO

A fim de discutirmos a Educação Patrimonial na Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), considerando a perspectiva da PHC, compreendemos ser oportuno refletir sobre o currículo como um meio pelo qual os estudantes podem assimilar o rico universo de conhecimentos sistematizados, produzidos ao longo da história, necessários à sua formação humana.

Apesar das singularidades que as diferentes definições apresentam sobre o que é o currículo, de modo geral, ele está relacionado a um percurso sistematizado percorrido pelos estudantes e reflete uma identidade cultural em um determinado contexto histórico e social. Uma definição sobre o que é o currículo não nos revela o que ele é essencialmente, mas o que determinada teoria pensa sobre ele. Portanto, mais interessante do que a busca por sua definição é compreender quais questões essa teoria ou discurso curricular busca responder (Pacheco, 2016; Silva, 2016).

Para a PHC, o currículo é a escola em seu pleno funcionamento, "mobilizando todos os seus recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser da sua existência: a educação das crianças e jovens" (Saviani, 2020, p.08). Desse modo, ele é constituído pelo conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola e distribuídas no espaço e tempo escolares. Fazem parte do currículo as atividades que são sua razão de ser, isto é, a transmissão e assimilação dos conhecimentos historicamente sistematizados, pelo qual os estudantes irão acessar a cultura letrada (Saviani, 2011).

Os conhecimentos historicamente sistematizados são resultados da produção humana ao longo da história e estão organizados nos diferentes campos do saber. Para Saviani (2011), esses conhecimentos são denominados clássicos devido à sua permanência e importância como parâmetro para a sociedade. Em virtude de terem surgido em determinadas conjunturas históricas, esses conhecimentos abordam questões centrais relacionadas ao desenvolvimento humano. Assim, os clássicos se constituem como uma referência para as gerações que buscam se apropriar das objetivações humanas produzidas ao longo da história.

Como produtos da atividade cultural humana, os conhecimentos historicamente sistematizados decorrem do processo de construção coletiva e histórica, a partir das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Quando dosados e sequenciados para efeito de sua transmissão e assimilação, eles se constituem em saberes escolares, fornecendo elementos para que os estudantes compreendam e possam agir para transformar a sua realidade social (Duarte, 2016; Saviani, 2011).

Ao refletir sobre o currículo, Malanchen (2014) ressalta a importância de os conhecimentos historicamente sistematizados estarem incluídos e valorizados nos documentos curriculares. Esse fato ocorre porque, quando conduzidos de forma crítica, objetiva e intencional no trabalho educativo, esses conhecimentos se constituem em instrumentos de emancipação dos estudantes, direcionando-os para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Os conteúdos curriculares devem ser selecionados tendo em vista o seu grau de relevância para a formação humana dos estudantes. Assim, do ponto de vista da educação, os diferentes tipos de saberes, por si só, não são significativos, mas tornam-se relevantes na medida em que são tomados como elementos que os sujeitos da espécie humana necessitam assimilar para sua humanização, isto é, para que integrem o gênero humano (Saviani, 2011; Saviani, 2020).

A seleção dos conteúdos escolares deve ocorrer a partir dos conhecimentos sistematizados que resistiram ao longo do tempo e que se constituíram como as formas mais desenvolvidas do saber objetivo. Nessa direção, trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, nos saberes elaborados que carregam a universalidade humana e são significativos na formação humana dos estudantes (Saviani, 2011; Saviani, 2020).

Ademais, considerando a importância do currículo para o trabalho educativo, os estudantes devem ser estimulados a se apropriar permanentemente dos saberes escolares em níveis cada vez mais elevados, por meio de necessidades formativas que não surgem espontaneamente em sua vida cotidiana. Com o conhecimento dosado e sequenciado ao longo de um determinado tempo, os estudantes poderão passar gradativamente do seu não domínio ao seu domínio (Duarte, 2013; Saviani, 2011).

O DOCUMENTO CURRICULAR DE SÃO LUÍS: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA A REDE PÚBLICA MUNICIPAL

O documento curricular de São Luís orienta a prática pedagógica das escolas da rede municipal de ensino da capital maranhense. Para tanto, apresenta objetivos, conceitos, princípios, orientações e a legislação que fundamentam a organização das etapas atendidas pela Rede, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, além das modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) (São Luís, 2023).

Cada etapa e modalidade da Rede possui um caderno curricular específico, que contém as orientações, expectativas de aprendizagem e proposições metodológicas de ensino. A Proposta Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023) é apresentada como um documento flexível e em constante aperfeiçoamento, tendo como objetivo a efetividade da prática pedagógica.

Para fundamentar a concepção de currículo, o documento curricular de São Luís dialoga com autores ligados à perspectiva crítica, como Apple (2006), Saviani (2011), Young (2000) e Sacristán (2000). Dessa forma, compreende o currículo como resultado de um processo histórico que reflete momentos específicos da organização social, inserido em uma complexa arena de embates estruturais na sociedade e na educação (São Luís, 2023).

De acordo com a Proposta Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), o currículo proporciona condições para o desenvolvimento de conhecimentos que abrangem a diversidade da realidade social dos estudantes e se configura como um espaço de ressignificação dos saberes. Além disso, confere identidade à escola e a todos os seus participantes por meio dos conhecimentos, atitudes e modos de vida presentes na sociedade, considerados indispensáveis para a socialização dos estudantes.

Apoiando-se em Saviani (2011), o documento curricular de São Luís entende que é através do currículo que a escola garante aos estudantes a socialização dos conhecimentos científicos, artísticos, filosóficos e culturais. Assim, permitindo a superação do conhecimento espontâneo em direção ao conhecimento elaborado (São Luís, 2023).

No entanto, à luz do exposto, identificamos uma contradição essencial na Proposta Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023). Isso ocorre porque, apesar de apresentar uma concepção crítica de currículo, o documento curricular adota as competências, atitudes e valores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), que direciona o processo de ensino e aprendizagem para uma formação limitada às necessidades cotidianas.

Conforme afirmam Malanchen e Santos (2020) e Pina e Gama (2017), a perspectiva pedagógica da BNCC é fundamentada na pedagogia das competências, que se baseia em uma racionalidade técnica, pragmática e instrumental, tendo as competências como parâmetro epistemológico. Em vista disso, os conhecimentos e a formação pretendida visam a flexibilidade e a adaptação dos estudantes às demandas da sociedade capitalista, tendo na prática cotidiana a validade epistemológica e pedagógica dos conteúdos escolares.

Nesse contexto, a limitação do conhecimento ao cotidiano acaba por naturalizar e reproduzir as desigualdades sociais. A ênfase na racionalidade individual e utilitarista desarticula conteúdos fundamentais dos componentes curriculares, fragilizando a assimilação dos conhecimentos historicamente sistematizados, essenciais para um avanço qualitativo na aprendizagem e formação humana dos estudantes (Duarte, 2010; Pina; Gama, 2020).

Portanto, ao incorporar o conjunto de conhecimentos, competências e habilidades da BNCC, o documento curricular de São Luís tensiona, contraditoriamente, para o oposto do que objetiva a perspectiva crítica, isto é, de que o currículo favoreça a humanização dos estudantes a partir de uma formação fundamentada nos conhecimentos em seu nível mais desenvolvido. Dessa maneira, a intencionalidade é superar o conhecimento fragmentado do cotidiano e avançar em direção ao conhecimento elaborado e sistematizado (Brasil, 2018; Saviani, 2011).

Os temas integrados contemporâneos

A Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), entende que a escola deve se constituir em um espaço de construção do conhecimento e respeito a pluralidade de ideias e, para isto, concebe a interdisciplinaridade como um princípio metodológico que favorece as relações entre os diferentes conhecimentos e saberes, bem como com as diversas temáticas presentes na sociedade. Como maneira de contribuir para o estabelecimento dessas relações são definidos um conjunto de Temas Contemporâneos Integradores (TICs):

[...] a prática interdisciplinar é, portanto, um princípio teórico-metodológico que contribui para o processo formativo dos estudantes, facilitando o ensino e a aprendizagem, constituindo-se em caminhos facilitadores da integração dos conhecimentos, permitindo articulação de temas contemporâneos integradores a serem trabalhados sob a perspectiva transversal (São Luís, 2023, p.201).

Os TICs constituem um conjunto de temáticas que buscam articular a educação escolar com a vida dos estudantes, promovendo discussões sobre temas como Direitos Humanos, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade, Educação Ambiental, Saúde e Educação Alimentar e Nutricional, Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, Educação Patrimonial, Educação Financeira e Fiscal, Mídias e Tecnologias para a Educação e Educação para o Trânsito.

O documento curricular de São Luís contempla os TICs nas habilidades de cada componente curricular, cabendo às escolas, a partir de suas especificidades, contextualizá-las. Entende-se que "esses temas, ao serem inseridos nos componentes curriculares, ajudam a dar um tratamento humanístico aos conteúdos, tendo em vista que integram diferentes dimensões do conhecimento" (São Luís, 2023, p.83).

De maneira transversal, o documento curricular de São Luís propõe que os TICs sejam desenvolvidos a partir da perspectiva das diferentes áreas do conhecimento e componentes curriculares, em virtude da amplitude de cada temática. Assim, é sinalizado que "trabalhar com temas integradores é fazer com que os estudantes vivam esses assuntos na prática, por meio de projetos, transversalização de temáticas ou outras atividades didático-metodológicas" (São Luís, 2023, p.84).

Como destaca a Proposta Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), o objetivo é estabelecer um vínculo entre os conteúdos e o dia a dia dos estudantes, desenvolvendo um trabalho expressivo sobre valores, hábitos e emoções. Nessa direção, os TICs fomentariam o conhecimento pessoal, a compreensão do ambiente social, cultural e natural, o conhecimento do mundo e a relação dos estudantes com o próximo.

A Educação Patrimonial como um Tema Integrador Contemporâneo no documento curricular de São Luís

Ao reconhecer o valor do patrimônio cultural da capital maranhense e a importância da prática pedagógica para que os estudantes se apropriem dele, a Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023) apresenta a Educação Patrimonial como um dos TICs a serem desenvolvidos. A partir dessa temática, espera-se uma conscientização em relação ao cuidado com os bens patrimoniais ludovicenses, que incluem elementos materiais, como as edificações históricas do Centro Histórico, e elementos imateriais, como lendas, mitos, danças, músicas e costumes, constituídos ao longo da história a partir das várias culturas que formaram a capital maranhense.

Segundo o documento curricular de São Luís, ao serem abordados os bens patrimoniais nas escolas, os estudantes têm a possibilidade de fortalecer sua relação com as heranças culturais, percebendo-se como sujeitos do conhecimento e responsáveis, colaborativamente, pela valorização e preservação do patrimônio cultural ludovicense. Nessa perspectiva, “a escola precisa levar os/as educandos/as a conhecer e reconhecer os referenciais simbólicos do patrimônio do lugar em que vivem, para poderem compreender e valorizar outras culturas, estabelecendo uma relação de pertencimento a esse lugar” (São Luís, 2023, p.92).

De acordo com a Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), os componentes curriculares devem desenvolver a Educação Patrimonial de maneira interdisciplinar. Além disso, é necessário que sejam abordados conceitos como cultura, diversidade cultural, bens culturais, patrimônio e Patrimônio Cultural, arqueologia e pré-história, tombamento, conservação, restauração e preservação do patrimônio, bens materiais e imateriais, pluralidade cultural, festas populares e manifestações culturais.

Destacamos que, nos cadernos curriculares específicos de cada componente curricular, é apresentado um quadro organizador contendo as Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento, Objetos Específicos/Conteúdos e Habilidades, similar ao que é proposto na BNCC (Brasil, 2018). Nas Habilidades, o documento curricular de São Luís apresenta algumas sugestões de temas a serem abordados e desenvolvidos, como visualizamos no exemplo da Figura 1:

Figura1. Quadro organizador curricular de Geografia do 6.º Ano do Ensino Fundamental

TEMAS INTEGRADORES (TI): 1. Direitos Humanos; 2. Educação para as relações étnico-raciais; 3. Educação, Gênero e Diversidade 4. Educação Ambiental; 5. Saúde, Educação alimentar e nutricional; 6. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; 7. Educação Patrimonial ; 8. Educação financeira e fiscal; 9. Mídias e tecnologias para educação; 10. Educação para o trânsito.			
GEOGRAFIA			
6º ANO			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	OBJETOS ESPECÍFICOS/ CONTEÚDOS	HABILIDADES
O SUJEITO E SEU LUGAR NO MUNDO	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Identidade sociocultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem. • Mudanças e permanências nas paisagens. • Elementos naturais e artificiais presentes nas de diferentes localidades. • O trabalho humano presente nas diversas paisagens. 	<p>(EF06GE01). Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. Temas Integradores: TI: Educação Ambiental; TI: Educação Patrimonial; TI: Educação para as relações étnico-raciais.</p> <p>(EF06GE01-SL01). Reconhecer as diferentes formas de manifestações culturais e sociais em São Luís, com destaque ao patrimônio histórico e cultural. Temas Integradores: TI: Educação para as relações étnico-raciais; TI: Educação Patrimonial.</p> <p>(EF06GE02). Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários. Temas Integradores: TI: Educação Ambiental;</p>

Fonte: São Luís (2023, p.578), grifo nosso.

Como exemplo, na Figura 1, observamos que o caderno curricular de Geografia sugere aos professores do componente curricular que, no 6.º ano do Ensino Fundamental, ao desenvolverem as habilidades EF06GE01 e EF06GE-SL01, abordem a Educação Patrimonial. Portanto, é indicado que, ao trabalharem as modificações das paisagens e o reconhecimento das diferentes manifestações culturais e sociais em São Luís, MA, os professores considerem fazê-lo a partir de temáticas relacionadas aos bens patrimoniais.

Destacamos que, em cada caderno curricular, a Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023) apresenta uma orientação para o desenvolvimento de cada TIC. Com relação à Educação Patrimonial, são observados caminhos metodológicos, assuntos e questões relacionados ao patrimônio cultural de São Luís, MA, que poderão auxiliar os professores na abordagem da temática.

Tomando como exemplo o mesmo caderno curricular de Geografia, as orientações para o desenvolvimento da Educação Patrimonial partem da mobilização dos conhecimentos espaciais. Dessa forma, é sugerido que os professores abordem o reconhecimento, a valorização e a conservação do patrimônio cultural ludovicense em suas múltiplas escalas, desde o próprio bairro dos estudantes, em escala local, até alcançar a escala global, com o entendimento de que o planeta Terra é, por si só, um patrimônio a ser protegido (São Luís, 2023).

Ademais, é sinalizado que a questão patrimonial pode ser abordada mediante a assimilação do potencial turístico do Centro Histórico de São Luís, bem como por meio de estudos teóricos e trabalho de campo. Ainda, sugere-se aos professores que trabalhem com os estudantes o uso, produção e reprodução do espaço patrimonial da capital maranhense, de modo a desenvolver laços de pertencimento e respeito aos bens culturais (São Luís, 2023).

UMA POSSIBILIDADE PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO DOCUMENTO CURRICULAR DE SÃO LUÍS, À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Em relação à Educação Patrimonial, a Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023) corrobora as afirmações de autores como Maltêz *et al.* (2010), Silveira e Bezerra (2007) e Varine (2012), ao propor que sua abordagem seja realizada de forma interdisciplinar, por todos os componentes curriculares, a partir de suas especificidades. Reconhece-se, assim, que os conhecimentos e

saberes relacionados aos bens patrimoniais envolvem a integração de diferentes áreas do conhecimento, o que possibilita uma compreensão abrangente da temática estudada.

Considerando a perspectiva da PHC, conforme afirma Malanchen (2014), a interdisciplinaridade é uma característica marcante em pedagogias do 'aprender a aprender', como a pedagogia de projetos, que fundamenta seu trabalho educativo no desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Contudo, ao trabalhar interdisciplinarmente, essas pedagogias muitas vezes acabam reforçando conceitos do cotidiano, limitando os estudantes à sua realidade imediata.

As pedagogias do 'aprender a aprender', que incluem tanto a pedagogia de projetos quanto a pedagogia das competências, caracterizam-se pela flexibilização da transmissão do conhecimento em seu nível mais elaborado. Isso ocorre porque os conhecimentos considerados fundamentais são aqueles necessários ao desenvolvimento de habilidades que permitam aos estudantes se adaptarem aos desafios socioeconômicos impostos pelo sistema capitalista (Duarte, 2001a; Duarte, 2001b).

As pedagogias do 'aprender a aprender' tendem a supervalorizar a prática em detrimento da teoria, com a concepção de que os estudantes devem aprender fazendo. No entanto, sem uma abordagem emancipatória e crítica da realidade social, a aprendizagem e a formação dos estudantes tendem a se limitar a uma condição instrumentalista do saber, focando apenas na utilidade imediata do conhecimento (Duarte, 2001a; Duarte, 2001b).

Ao refletir sobre a interdisciplinaridade na PHC, Malanchen (2014) afirma que essa abordagem não deve ser trabalhada a partir de uma prática reducionista do conhecimento, mas sim como um meio para alcançar a totalidade da produção humana. Além disso, ser pensada em uma perspectiva de contribuir para um processo amplo de superação da fragmentação do conhecimento e da sociedade capitalista.

Com isso, compreendemos que, a partir de um posicionamento histórico-crítico, a interdisciplinaridade na Educação Patrimonial tem o potencial de articular teoria e prática no desenvolvimento do trabalho educativo do professor. Isso se deve ao fato de que o objetivo e a intencionalidade são favorecer a articulação dos componentes curriculares e das diferentes áreas do conhecimento, em direção a uma nova síntese dos saberes envolvidos (Duarte, 2001a; Duarte, 2001b; Malanchen, 2014).

Nesse contexto, a interdisciplinaridade na Educação Patrimonial é pensada a partir da verticalização dos objetos específicos dos componentes curriculares, considerando a totalidade da realidade social. Dessa forma, busca-se promover o salto qualitativo na formação dos estudantes, em direção à transformação da realidade (Duarte, 2001a; Duarte, 2001b; Malanchen, 2014).

Considerando o objetivo da Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023) de fortalecer e valorizar as conexões dos estudantes com suas heranças culturais, a partir da Educação Patrimonial, ressaltamos que a PHC se constitui em uma possibilidade para seu desenvolvimento crítico, objetivo e intencional. Tendo em vista essa intencionalidade, Reis, Cardozo e Princival (2019) e Zanon, Magalhães e Castelo Branco (2020) realizaram aproximações entre as práticas pedagógicas centradas nos bens patrimoniais e o desenvolvimento de sujeitos críticos e ativos na transformação social.

À vista disso, quando abordada em uma dimensão histórico-crítica, a Educação Patrimonial abrange as contradições e a heterogeneidade da localidade, favorecendo a formação de estudantes emancipados que reconheçam sua identidade histórica e cultural. Dentre os princípios destacados estão:

[...] a necessidade do reconhecimento de seu contexto imediato, de sua localidade, indo além do patrimônio oficial, e assim, de uma concepção tradicional de identidade nacional; É libertadora, ao permitir a coexistência, conflituosa ou não, de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a denominar de patrimônio; O foco na apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidades de entendimento acerca do patrimônio; O local como espaço do plural, do móvel, onde o indivíduo estabelece relações sociais culturais com outras localidades; Valorizar as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, o local (Zanon; Magalhães; Castelo Branco, 2020, p. 51).

Sob a perspectiva da PHC, a Educação Patrimonial valoriza a localidade dos estudantes, que é vista como um espaço plural onde se estabelecem relações sociais e culturais. Nesse sentido, coexistem diversas manifestações e representações, frequentemente conflituosas. Os processos educativos promovem a apropriação e a interpretação das possibilidades de compreensão do patrimônio cultural e, conseqüentemente, da realidade dos estudantes (Zanon; Magalhães; Castelo Branco, 2020).

De acordo com Zanon, Magalhães e Castelo Branco (2020), nessa perspectiva, são reconhecidos os bens patrimoniais que refletem as vivências e contradições das diversas formas de manifestação presentes no mundo contemporâneo. Valoriza-se a preservação das memórias coletivas e individuais, com o objetivo de levar os estudantes a reconhecerem sua posição histórica e sua realidade social de maneira crítica. O propósito é promover a identificação, partindo do nível local para o global.

Ao discutirem a Educação Patrimonial na PHC, Reis, Cardozo e Princival (2019) destacam a possibilidade de desenvolver o senso crítico em relação ao que tradicionalmente foi concebido como patrimônio cultural. Essa visão implica romper com uma concepção elitista e eurocêntrica dos bens patrimoniais. A intenção não é integrar os estudantes em um contexto hegemônico, mas incentivá-los a considerar e valorizar as diversas formas e elementos culturais, especialmente os presentes em sua própria localidade.

Concordando com Duarte (2021), reconhecemos que as diversas formas de arte, como a literatura, a pintura e a música, exercem influência singular sobre os sentidos humanos, contribuindo para que os estudantes transcendam o cotidiano. Ao assimilarem os elementos artísticos, os sujeitos se apropriam da riqueza produzida por muitas gerações humanas, que se condensou ao longo da história. Esse processo possibilita que vivenciem experiências com uma riqueza que não seria possível alcançar em suas vidas cotidianas e individuais.

Desse modo, compreendemos que, na perspectiva da PHC, a Educação Patrimonial na Proposta Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), quando desenvolvida de forma objetiva e intencional, pode contribuir para que os estudantes se apropriem da experiência histórica da espécie humana. Isso ocorre porque, por meio dos bens patrimoniais, a "riqueza de experiências, lutas, dramas, alegrias e tristezas chegará à vida do sujeito e será vivenciada por ele como se fosse sua própria vida por meio das manifestações artísticas" (Duarte, 2021, p. 55).

Entretanto, ressaltamos que o simples contato imediato, direto, espontâneo e cotidiano com a arte ou, nesse caso, com os bens patrimoniais, não é suficiente para elevar qualitativamente a experiência dos estudantes. Para isso, é necessário um trabalho educativo que identifique os elementos culturais que precisam ser transmitidos e assimilados, bem como as formas adequadas para atingir esse objetivo (Duarte, 2021; Saviani, 2011).

Apenas o trabalho educativo, objetivo e intencional, é capaz de promover a transformação de cada sujeito em um indivíduo plenamente humano. Portanto, os estudantes só se tornarão efetivamente humanos por meio da educação, que é um fenômeno essencialmente social e cultural, envolvendo a transmissão da riqueza material e imaterial necessária para o desenvolvimento da individualidade e da coletividade (Duarte, 2021; Saviani, 2011).

Observamos que a Educação Patrimonial, à luz da PHC, não se restringe à mera apreciação do patrimônio cultural, mas busca promover a apropriação dos conhecimentos sistematizados relacionados a ele. Isso implica que os bens patrimoniais sirvam como base para a transmissão e assimilação de conhecimentos em diversas áreas, incluindo aspectos científicos, filosóficos e artísticos. Essa abordagem contribui para elevar qualitativamente a consciência dos estudantes, capacitando-os a compreender e transformar sua realidade social (Duarte, 2021; Saviani, 2011).

Na perspectiva histórico-crítica, a Educação Patrimonial não apenas valoriza o patrimônio cultural como algo a ser preservado, mas também reconhece seu potencial como uma ferramenta educacional para a formação de sujeitos críticos, emancipados e socialmente engajados. Nesse sentido, essa abordagem contribui para que os estudantes se apropriem do legado cultural resultante do trabalho humano, utilizando-o como base para o desenvolvimento de capacidades cognitivas e reflexivas (Duarte, 2021; Saviani, 2011).

Em virtude do exposto, a Educação Patrimonial, como um TIC na Proposta Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), tem o potencial de ser desenvolvida como uma forma de resistência ao rebaixamento da formação dos estudantes ao nível da cotidianidade, quando considerada a PHC. Isso ocorre porque, ao se objetivar a valorização dos bens patrimoniais de São Luís, MA, a perspectiva histórico-crítica direciona o trabalho educativo para atender ao que é nuclear no currículo e na escola, isto é, a educação dos estudantes em um nível mais elevado de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, por meio dos bens patrimoniais ludovicenses, o trabalho educativo poderá promover um salto qualitativo na formação dos estudantes. A transmissão dos saberes escolares será dosada e sequenciada de maneira intencional e objetiva pelos professores, visando à sua assimilação. Nesse contexto, a perspectiva histórico-crítica tem o potencial de orientar a Educação Patrimonial no documento curricular de São Luís, superando a simples adaptação dos estudantes à realidade existente e caminhando em direção a uma formação crítica e emancipatória, capaz de questionar e transformar a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo, enquanto construção social, é resultado de um processo histórico marcado por conflitos e disputas que, ideologicamente, favorecem a reprodução da conjuntura dominante. No entanto, como parte integrante da contradição imanente do sistema capitalista, o currículo também representa uma possibilidade de resistência, por meio da apropriação intencional pela classe trabalhadora, visando à transformação dessas condições socioeconômicas.

Observamos que, embora a Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023) apresente uma perspectiva crítica como concepção de currículo, entendendo-o como um caminho para a socialização dos conhecimentos sistematizados, ao se orientar pelas diretrizes da BNCC (Brasil, 2018), as competências e habilidades propostas flexibilizam os conhecimentos ao nível das necessidades cotidianas. Isso ocorre devido à adoção de uma racionalidade instrumental e utilitarista na formação dos estudantes, com o objetivo de capacitá-los a se adaptarem às demandas imediatas criadas pelo capitalismo.

Em relação à Educação Patrimonial, compreendemos que o patrimônio cultural reflete as riquezas culturais e expressa saberes imprescindíveis para o processo de humanização dos estudantes. Com o intuito de valorizar os bens patrimoniais ludovicenses, o documento curricular de São Luís estabelece a Educação Patrimonial como um tema contemporâneo a ser desenvolvido por todos os componentes curriculares ao longo de todo o Ensino Fundamental.

O objetivo é que os estudantes valorizem e desenvolvam uma percepção de identidade e conexão com suas heranças culturais (São Luís, 2023).

Considerando a PHC, destacamos a importância de a Educação Patrimonial na Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023) ser abordada de maneira crítica, objetiva e intencional, de modo a favorecer a transmissão e a assimilação dos conhecimentos historicamente sistematizados, em níveis progressivamente mais elevados. Esse desenvolvimento ocorre à medida que são contempladas necessidades formativas, devidamente dosadas e sequenciadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem, que dificilmente surgiriam na vida cotidiana dos estudantes.

Os bens patrimoniais, especialmente aqueles relacionados ao contexto de análise, possuem, dentro da concepção histórico-crítica, a potencialidade de enriquecer o trabalho educativo dos professores, aprofundando os componentes curriculares. Para os estudantes, esses elementos culturais possibilitam o reconhecimento das diversas formas de manifestações culturais que permeiam sua complexa realidade social.

Quanto às práticas interdisciplinares em Educação Patrimonial, conforme preconizado pelo documento curricular de São Luís, observamos que elas devem estar alinhadas aos objetivos específicos dos componentes curriculares, pois, sem uma reflexão crítica adequada, essas práticas podem descaracterizá-los. Conforme enfatizado por Malanchen (2014) e Saviani (2020), em pedagogias do ‘aprender a aprender’, como a pedagogia de projetos e a das competências, que se baseiam em uma formação flexível e adaptativa dos estudantes, a interdisciplinaridade pode enfrentar dificuldades na rearticulação do conhecimento no processo pedagógico, o que, por sua vez, pode reforçar o foco no cotidiano como objetivo de ensino e aprendizagem.

Destacamos que as práticas pedagógicas interdisciplinares na Educação Patrimonial, conforme delineadas pela Proposta Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de São Luís – MA (São Luís, 2023), devem ser desenvolvidas de forma a enriquecer as atividades nucleares da escola, sem prejudicá-las ou substituí-las. Nesse sentido, constituem-se como uma possibilidade para favorecer a transmissão e a assimilação do objeto de estudo e das especificidades dos componentes curriculares.

Por fim, em virtude do exposto, ressaltamos a intencionalidade de que a Educação Patrimonial, à luz da PHC, seja desenvolvida na rede pública municipal de São Luís, MA, de maneira a favorecer a função nuclear da escola, proporcionando uma educação em seu nível mais elevado. Assim, os bens patrimoniais configuram-se como uma possibilidade para a compreensão das contradições e da unidade que constituem a totalidade da realidade social.

Portanto, a Educação Patrimonial, sob uma perspectiva histórico-crítica, tem como objetivo enriquecer os processos de ensino e aprendizagem por meio da transmissão e assimilação de conhecimentos sistematizados. Desse modo, contribui para que os estudantes ludovicenses, a partir do documento curricular de São Luís, compreendam sua posição histórica e seu contexto social, elevando suas subjetividades em direção à formação humana e à transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

- ANDRÈS, Luiz Philippe (org.). **Centro histórico de São Luís, Maranhão**: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.
- APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BEZERRA, Márcia. Educação [bem] patrimonial e escola. *In*: NAJJAR, Jorge; FERREIRA, Sueli Camargo (org.). **A educação se faz (na) política**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2006. p. 79-97.

- BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares; PESTANA, Raphael Gama. **Centro histórico de São Luís: patrimônio mundial**. São Luís: IPHAN, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília, DF, 2018.
- DUARTE, Newton. As pedagogias do "aprender a aprender" e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, dez. 2001a. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2023.
- DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender"**: crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001b. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Duarte,%20Newton/Vigotski%20e%20o%20Aprender%20a%20Aprender.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023.
- DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (org.). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 32-49.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.
- DUARTE, Newton. Educação escolar e formação humana omnilateral na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. *In*: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (org.). **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Campinas: Autores Associados, 2021. p. 39-64.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13-35, jan./jul. 2000.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Convenção do Patrimônio Mundial. Brasília**, DF: Iphan, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acesso em: 23 jun. 2024a.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Imaterial – MA**. Brasília, DF: Iphan, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/547>. Acesso em: 23 jun. 2024b.
- ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação patrimonial: a experiência da quarta colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- MALANCHEN, Julia. **A pedagogia histórico-crítica e o currículo**: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). Araraquara-SP, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115677>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- MALANCHEN, Julia; SANTOS, Sílvia Alves. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a Base Nacional Curricular Comum e a pedagogia das competências. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 20, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656967/22647>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- MALANCHEN, Julia; TRINDADE, Debora Cristine; JOHANN, Rafaela Cristina. Base Nacional Comum Curricular e reforma do ensino médio em tempos de pandemia: considerações a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. **Momento - Diálogos em Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 01, p. 21-45, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13095>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MALTÊZ, Camila Rodrigues; SOBRINHO, Cristiane Paula Corrêa; BITTENCOURT, Daphne Lorene Alves; MIRANDA, Kelly Reis; MARTINS, Lilian Nascimento; CASTRO, Magali. Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. **Pedagogia em Ação**, v. 2, n. 02, p. 39-49, 2010. Disponível em:

http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20121204110023.pdf.

Acesso em: 08 jun. 2022.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. *In*: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 39-49. Disponível em:

http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20121204110023.pdf.

Acesso em: 31 jan. 2023.

PACHECO, José Augusto. Para a noção de transformação curricular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 64-77, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3510>.

Acesso em: 25 ago. 2023.

PINA, Leonardo Docena; GAMA, Carolina Nozella. Base Nacional Comum Curricular: algumas reflexões a partir da Pedagogia Histórico-crítica. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 31, n. esp. 1, p. 78-102, 2020. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8290>. Acesso em: 25 ago. 2023.

REIS, Diego Geovan; CARDOZO, Poliana Fabíula; PRINCIVAL, Viviane Cristina. Educação patrimonial no contexto da pedagogia histórico-crítica: concepções epistemológicas. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 21, p. 210-227, 2019. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4138>. Acesso em: 25 ago.

2023.

SACRISTAN, José Maria. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SÃO LUÍS, Secretaria Municipal de Educação. **Proposta curricular da educação infantil e ensino fundamental da rede pública municipal de São Luís – MA**. São Luís, MA, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *In*: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 07-30.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. *In*: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (org.). **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Campinas: Autores Associados, 2021. p. 15-38.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; BEZERRA, Marcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. *In*: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2017. p. 21-53. Disponível em:

https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/442/1/CapitulodeLivro_EducacaoPatrimonialPerspectivas.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra; OLIVEIRA, Emanuel (org.). **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2016. p. 38-48.

VARINE, Hugues. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

YOUNG, Michael. **O currículo do futuro**: da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000.

ZANON, Elisa Roberta; MAGALHÃES, Leandro Henrique; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. **Educação patrimonial**: da teoria à prática. Londrina: Editora UniFil, 2020. Disponível em: http://periodicos.unifil.br/index.php/livros_unifil/article/view/1423. Acesso em: 25 ago. 2023.

Submetido em: 26/09/2024.

Aprovado em: 22/04/2025.